

Este texto tem como objetivo discutir a questão da formação da identidade, a negociação da cultura e da diferença, questões trazidas para dentro do espaço escolar. A pesquisa, de cunho bibliográfico, se baseia na reflexão e análise das ideias contidas nas obras dos autores pesquisados. O sistema escolar está pensado para homogeneizar as pessoas e/ou culturas. Não existe ainda uma educação que insira, de forma séria, em seu currículo, uma formação para se trabalhar com a diversidade cultural, é esse o ponto de partida da discussão proposta neste texto. As minorias vem sendo, cada dia mais, massacradas; os seus direitos são violados; as suas conquistas não são respeitadas. Apesar de reconhecer a existência de muitas minorias, a discussão desse artigo se focará na questão dos negros. Eles, que são os maiores construtores dessa terra, aqueles que mais contribuíram para o seu crescimento, vivem hoje à margem da sociedade, oprimidos pelo sistema, oprimidos pelo preconceito. Nos livros de história só são lembrados pelo trabalho compulsório, escravo; nas novelas só os apresentam como bandidos, empregados “engraçadinhos”, ou como políticos ricos e corruptos; não ensinam o seu culto, a sua religião, pois é “coisa do diabo”, o único culto válido, mesmo na escolas públicas, é o culto judaico-cristão. Os autores analisados para a construção desse texto apontam a educação multicultural como uma forma de combater as representações negativas que circulam em diferentes contextos e de desenvolver uma educação e um currículo que valorize as diferenças.

Multiculturalismo e minorias negras: uma reflexão necessária para a educação

Wallace Rodolfo Pereira da Silva¹

Introdução

Trata-se de um texto com a intenção de problematizar a relação entre educação e minorias negras, sem relativizar o assunto, nem sob o prisma daqueles que a séculos controlam a educação, não permitindo que ela realize o seu intento máximo: formar cidadãos conscientes.

Uma reflexão que tenha como norte a relação África / Brasil e como todos nós carregamos em nosso íntimo os resquícios dessa relação, que hoje já é tão maculada pelas representações negativas que foram sendo historicamente construídas.

O artigo apresenta um novo modo de ver a negociação da diferença e a formação da identidade. Mostrar como no processo educacional as minorias, especialmente as negras, foram esquecidas, pois, há uma forte tendência, de se tratar na sala todos como iguais. E a educação que deveria formar pessoas que soubessem entender a diferença, na verdade, serve como aparelho ideológico de certos grupos, que querem homogeneizar as pessoas.

O objetivo é tratar o multiculturalismo na educação, propondo possíveis caminhos para os problemas já conhecidos. Apresentando alguns aspectos da educação e a sua relação direta com a sociedade.

O texto apresenta-se da seguinte maneira: uma abordagem sobre a constituição da identidade do povo brasileiro, trazendo à luz o fato dos negros africanos que foram trazidos para cá na época da escravidão, entrando em contato com as pessoas que já aqui estavam. Também as influências: européia, por ocasião do descobrimento e, posteriormente, como exploradores das riquezas brasileiras; indígenas, que eram os habitantes dessa terra e já aqui estavam quando chegaram os descobridores; influências orientais, asiáticas e

¹ Universidade Católica Dom Bosco

americanas, pois somos um povo hibridizado. Segue-se uma reflexão sobre o Sistema Escolar Brasileiro, na qual foram apontadas algumas características da educação ao longo dos anos e a sua importância em nossos dias. Mostra-se ainda que, mesmo que aja, por parte de alguns educadores, boa vontade para se trabalhar com uma educação inclusiva, ainda falta preparo. E, por último, mas não menos importante, uma reflexão sobre o Ensino Religioso nas escolas do Brasil. Fala-se da igualdade na educação, entretanto em nome dessa igualdade alguns aspectos foram feridos.

É necessário que o ensino religioso nas escolas não seja só um ensino judaico-cristão, mas um ensino pacificador, um ensino multicultural, um ensino que leve em consideração os que não são cristãos e, portanto, não podem ser classificados como iguais.

Como disse, numa bela frase, Boaventura Souza Santos: “*Temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.*”

A constituição da identidade brasileira

Inegavelmente, mesmo os mais ferrenhos racistas, precisam reconhecer que a história da humanidade tem seu início, como um todo, na África. Isso nos leva a entender que somos todos africanos de origem, mesmo os mais orgulhosos europeus guardam em si, ou trazem em si, uma essência africana, pois essa é a sua origem como humanidade.

De acordo com Paulo Botas (1996, p. 41) foi noticiado em 1995 um resultado de algumas pesquisas feitas por cientistas americanos, nas quais foi concluído que o uso de ferramentas e o surgimento das relações sociais entre seres humanos começaram no continente africano e não no continente europeu como se pensava até agora. Evidenciado ficou, com essa pesquisa, que foram os humanos africanos os que inventaram sofisticadas tecnologias, muito antes que os europeus, entretanto, são os europeus que recebem o mérito como os iniciadores da cultura moderna. Eis o berço da humanidade, donde saiu Santo Agostinho, um dos maiores filósofos cristãos da História, aquele que rompeu com a visão cíclica do acontecer humano; donde saiu Ibn Khaldun, considerado fundador da história como ciência, aquele que partia das questões da sobrevivência para interpretar a história, antecipando Marx em muitos séculos.

Para a realidade brasileira, a relação com a África não começa de forma amistosa, pois começa com a escravidão, ou o trabalho compulsório. Foram milhões e milhões de africanos trazidos para o Brasil provenientes de várias regiões da África: da Costa Ocidental, entre o Senegal e a Gâmbia (um longo trecho), Angola e também do interior como Zaire, da Costa Oriental, Moçambique e Ilha de Madagáscar. Esse passado escravista marcou o negro, em nossa sociedade, com o estigma da inferioridade e da prestação de serviços brutais sem qualificação e também aqueles rótulos relativos a malandragem e imoralidade, é assim que nós retribuimos aqueles que trabalharam mais de três séculos para girar a economia brasileira.

Os negros africanos escravos são, sem dúvida, os maiores construtores do Brasil, são os que mais bem fizeram a essa terra, e, paradoxalmente, são os mais estigmatizados. “O estigma que a sociedade imprime ao negro é que ele é escravo do branco e, por conseguinte, inferior a este.

Em vez de estigmatizar o branco, que foi negreiro, ou seja, traficante de negro, a sociedade

prefere discriminar a vítima.” (BOTAS, 1996, p. 18).

Os escravos africanos, quando chegavam ao Brasil, eram tratados como objetos banais. Eram vendidos em praças públicas, avaliados pela qualidade dos dentes – assim como se faz com os cavalos – que deveriam ser perfeitos. Eram humilhados, acorrentados. Quase sempre eram separados de suas famílias, ficando assim, mãe e filhos separados, marido e mulher, irmãos, muitas vezes por pura maldade, ou seja, os traficantes e os senhores não se importavam, de maneira nenhuma, com a integridade psíquica dos escravos. Não bastando todas essas formas de humilhações, as mulheres eram, muitas vezes, estupradas violentamente pelos senhores. As mulheres africanas não eram somente objetos de trabalho para os senhores: eram aquelas nas quais eles satisfaziam suas fantasias sexuais submetendo-as aos mais terríveis vexames. E, quando elas engravidavam, se não fugissem, tinham que abortar, pois o status do Senhor de Escravo não podia ser manchado de forma alguma, ainda mais por uma negra escrava. Tudo isso acontecia – e muitas vezes ainda acontece nesta Terra de Santa Cruz, que nós consideramos um paraíso racial ou uma democracia racial.

Nossa cultura herdou muito da cultura negra, mas também dos outros povos que por aqui passaram ou que nos colonizaram, lembrando que por cultura entende-se o modo de viver e projetar de um povo, ou ainda, o mundo que um grupo cria para viver. A identidade é constituída a partir da cultura, pois a identidade é sempre relacional, ou seja, é afirmada a partir do contato com os outros, todavia, a identidade também é construída a partir da diferença. Ambas, identidade e diferença, são sempre impostas e, nem sempre, são frutos de um processo consciente, embora sejam sempre frutos da linguagem.

Entretanto, nossa identidade não foi formada só no contato com os escravos. Inicialmente partiu do contato dos índios com os europeus, por ocasião do descobrimento e, depois, como colônia para exploração. Os povos americanos também contribuíram para a formação da nossa identidade, pois a uma maior proximidade territorial pelo fato de formamos um mesmo continente. Também a influência oriental, especialmente a asiática, que é muito marcante no nosso processo de formação. (Hoje percebemos imensas colônias de japoneses, chineses, libaneses, etc.)

A identidade e a diferença são sempre um processo de poder que nos coloca na bipolaridade, ou seja, quem pertence ao meu grupo e quem não pertence, quem está incluído e quem não está. Afirmar, apontar a identidade é afirmar e apontar a diferença. Também é marcar fronteiras, é fazer uma separação, é classificar como: normal, racional, puro, anormal, irracional, impuro. Normalmente classificamos como normal, racional, puro, as coisas ou as pessoas que pertencem ao nosso grupo.

A identidade e a diferença são frutos de uma relação social. Sendo assim, estão sujeitas a fatores sociais, especialmente vetores de força e relações de poder. Sabe-se que a identidade e diferença são atos linguísticos. Por isso, a identidade e a diferença só tem sentido se, encontradas dentro de uma cadeia de diferenciação linguística. É como afirma Silva (2000, p. 73): “Como ato linguístico (*sic*), a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem geral.”

A linguagem, por sua vez, nos mostra o quanto dominamos aquilo. Quando linguístificamos, nomeamos. Nomear é dominar. Os vários grupos humanos, também os que nos influenciaram, tendo consciência do poder performatizador da linguagem usaram-na para definir identidade e diferença. A diferença é enriquecedora, pois nos mostra as

peculiaridades de cada cultura e nos põe em contato com um universo que, até então, era desconhecido.

É esse olhar que falta para que no Brasil seja construído uma relação saudável. Temos uma cultura híbrida, o que é característica de várias nações. Como afirma Candau (2002, p. 32):

A América Latina é caracterizada por uma cultura pluridentitária, formada através da contribuição, ainda que existam muitas especificidades nacionais, de diferentes grupos sociais, étnicos, das áreas urbanas e rurais, e constitui uma realidade multicultural. Nesta realidade estão presentes aspectos da cultura de diferentes grupos indígenas e africanos, dos europeus, dos orientais, dos jovens, dos velhos, de mulheres e homens, da cultura erudita e da popular, do artesanato e da informática, da arte e da ciência, etc.

O sistema escolar brasileiro

Apesar da pluralidade étnica brasileira, não avançamos muito. Apesar da enorme influência negra africana na nossa formação cultural pouco, ou nada, sabemos sobre esse continente, sobre esse povo. Não podemos dizer que nada foi feito, pois em 2003 foi promulgada a Lei 10.639 que foi revista em 2007 na qual os estabelecimentos de ensino ficam, sem mais desculpas, obrigados a incluírem em seu currículo de ensino a História da África e a cultura afro-brasileira, além de outras coisas. No entanto, a dívida histórica que o Brasil tem com a África não foi compensada, pois, não obstante que exista a lei, faltam profissionais preparados para trabalharem esses conteúdos, pois, os profissionais da educação, não foram preparados para a negociação da cultura, para uma educação inclusiva, mas tão somente para a necessidade de, na sala de aula, homogeneizar as pessoas, como se ali não houvesse ninguém que fosse diferente, pois essa é a política do neoliberalismo. Por isso urge a implantação de uma educação multicultural. Conforme Oliveira (2003, p. 121):

O Multiculturalismo é uma corrente de pensamento teórico e político que dá visibilidade à composição plural e multicultural das sociedades e tem uma ação política de combate ao racismo e a discriminação. O reconhecimento da identidade e a justiça social são dois aspectos incorporados pelo conceito.

Muitas vezes a escola serve como aparelho ideológico dos grupos dominantes, e a educação que deveria formar pessoas que soubessem entender a diferença fica esquecida. A Escola é um espaço no qual as mudanças sociais deveriam ser pensadas e estimuladas. No tocante a educação já tivemos, no decorrer da história, teorias e modelos de escolas que não se preocupavam com a diferença. As Teorias Racistas – 1850 à 1930 – o negro, é intelectualmente inferior, é o que os teóricos dessa corrente diziam. Eles tentaram transpor a Teoria da Evolução de Charles Darwin² e aplicá-la ao século XX. Na verdade, o que eles almejavam, era justificar o seu racismo, mesmo não havendo provas científicas para sustentar o absurdo que eles defendiam.

Também tivemos a Teoria da Privação Cultural, que diziam que a educação deveria compensar as deficiências cognitivas e a privação cultural que as crianças sofreram no ambiente familiar. Essa teoria também trás alguns problemas em sua formulação. Ora,

² Mesmo sabendo que Charles Darwin, quando saiu do Brasil, após ver o horror que era a escravidão, pois a bordo do BEAGLE, na viagem de ida e volta aportou no Brasil, entre 1831-1836 e disse que não gostaria mais de vir ao Brasil, enquanto durasse a escravidão. Darwin também faz uma crítica em relação aos “escravocratas do bem” e, confessa, que mesmo em Londres por várias vezes ao ouvir gritos, lembrava-se dos gritos que tinha ouvido dos escravos que estavam sendo torturados. Os teóricos da corrente racista deturpam as conclusões de Darwin para tentar justificar o racismo do qual eram ferrenhos defensores.

nenhuma criança é privada de cultura, pois a recebe no seio familiar. Um homem, uma pessoa que não tem cultura é uma pessoa morta, pois enquanto viver o homem sempre será um ser cultural. Acontece que as escolas já tem um modelo de cultura e os que não se encaixam nesse modelos são considerados “deficientes culturais” que devem ser ajudados com métodos pedagógicos adequados.

Também houve quem enxergasse a escola como reprodutivista, pois a única coisa que fazia era reproduzir as discriminações da sociedade. É bem verdade que a escola é social e está inserida de forma evidente na sociedade, mas ela não só reproduz, muito pelo contrário, é produtora de conhecimentos, de cultura. Daí a sua enorme importância e influência. Daí, também, a necessidade dos educadores perceberem que eles são agentes de mudança e, sem dúvida, podem ajudar no combate à discriminação e tantas outras mazelas sociais.

Por isso a necessidade de uma educação multicultural, pois é uma educação que leva em conta a pluralidade de culturas que coexistem no âmbito escolar. Uma educação que parta da diferença, já que os resultados com a educação homogeneizadora não tem sido tão satisfatórios. Olhar a diferença não é só aceitar que existe o outro, mas criar mecanismos para que esse outro seja valorizado e assimilado. Esse é o grande ganho da educação multicultural e se a educação quiser voltar ao seu fundamento básico, isto é, o de formar cidadãos conscientes, deverá, urgentemente partir para a educação multicultural.

Se conseguirmos essa proeza veremos, em pouco tempo, o avanço na educação e a caminhada das minorias negras para um vida melhor. Observe-se que são as minorias negras, e não a minoria negra, por isso digo com Gonçalves (2000, p. 71): “As realidades são tão múltiplas que não se pode reduzir a grande variedade dos grupos negros, com características sociais, culturais, históricas tão diferentes, a seu pertencimento étnico comum.” É um alerta válido, pois corre-se o risco de juntar as peculiaridades das minorias negras e colocá-los no mesmo patamar. O que seria uma pena, pois deixaríamos de conhecer a beleza e o encanto de cada grupo. Gonçalves (2000, p. 60) diz:

A dificuldade, assim, é que, em nome da democracia, a questão do negro nos remete, por um lado, a uma exigência e universalização das oportunidades de participação; e, por outro, à exigência contrária, de singularização – que garanta o reconhecimento e o respeito às diversidades existentes em nossa sociedade.

O ensino religioso nas escolas brasileiras

Quando os negros escravos foram trazidos para o Brasil, trouxeram na sua vasta bagagem cultural, a sua religiosidade. Uma religião dançante e vibrante, que foi chamada de Candomblé³.

O período era de forte domínio cristão, mesmo os senhores de escravos davam ouvido ao que os senhores cristãos diziam. E foi difundida a ideia de que, a forma dos negros cultuarem o seu transcendente, era demoníaco. Os negros, para não deixarem se pegar pelos senhores, associaram os seus orixás aos santos católicos mais populares, dando início ao que chamamos Sincretismo Religioso.

³ No Brasil, em 1900 foi fundada a Umbanda no Rio de Janeiro, que é semelhante ao candomblé, o que difere as duas é a presença de caboclos que, sem dúvida, é mais forte na Umbanda. Também o fato de o Candomblé ter ligação direta com a África, pois fora trazida pelos negros africanos; já a Umbanda surge do sincretismo entre a “Mesa Branca”, o candomblé e, de certa forma, um pouco da teoria cristã. Mas vale ressaltar que a Umbanda tem suas características próprias.

Hoje, o Candomblé e a Umbanda, também as outras religiões não cristãs⁴, são ainda marginalizadas. Não há uma preocupação com o respeito e a negociação da cultura, tratam os membros dessa religião como seguidores de Satã e os praticantes do culto judaico-cristão como os seguidores do Deus Salvador, como aqueles que conhecem a luz, enquanto os primeiros vivem nas trevas, isso se deve, em grande parte, a supremacia da Corrente Cristã que influenciou enormemente várias esferas sociais; também no campo educacional houve uma forte influência desse grupo enorme, tanto é que o Ensino Religioso nas Escolas é um Ensino judaico-cristão, o que torna dramática a fomentação de iniciativas inclusivas.

A Lei 10.639 assegura que a História e Cultura Afro-Brasileira serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar. Todo o âmbito significa que deveria haver uma interdisciplinaridade, deveria haver uma integração entre as disciplinas. O Ensino religioso não pensa a pluralidade cultural, mas somente o que foi permitido pelas igrejas cristãs. Achar que o Candomblé é do diabo. Associam Exu, que aparece com chifres, à figura do diabo, mas esquecem-se de que os chifres são símbolos de poder e, que esse símbolo, foi usado no Antigo Testamento. O Ensino Religioso é um fator importante na negociação da cultura nas escolas, pois nem todos os alunos são cristão católicos, ou cristãos protestantes, e os que não são devem perceber que a sua religião também é valorizada e tem tanta importância quanto essas religiões históricas.

O Ensino Religioso deveria primar pelo rompimento dos preconceitos arraigados nos nossos espíritos e fazermos descobrir que todas as religiões têm seu evangelho, sua boa nova, e que esta boa nova não é privilégio dos cristãos e cristãs, nem das igrejas fragmentadas por séculos de lutas terríveis em nome de Deus, fato que até parece normal na teologia cristã.

Como afirma Botas (1996 p. 21): “*A teologia africana tem como fundamento não uma crítica negativa da cultura e da filosofia ocidentais, mas uma avaliação positiva de sua própria cultura.*” Se trata de uma liturgia em que a cozinha fala, o corpo fala, a natureza fala, o cosmos fala. Uma liturgia na qual os laços divinos precisam ser sempre refeitos, pois só no encontro com o divino que a vida humana tem seu sentido.

Tratar o Ensino Religioso de forma séria é garantir uma sociedade com mais justiça.

Não podemos permitir que um instrumento de pacificação sirva como instrumento de guerra, pois, salvo raras exceções, as maiores guerras que aconteceram – ou acontecem – tem um caráter religioso, sempre em nome de Deus.

Para conseguirmos compreender o Ensino Religioso devemos partir de um processo que entenda a educação como algo global, integral. O Ensino Religioso está a disposição da Escola, pois é um patrimônio da humanidade, com o intuito de educar a religiosidade, partindo de um olhar multicultural, ou seja, de um olhar que não veja só os judaicos cristãos, mas veja todos aqueles que trazem em si uma religião, mesmo os que não estão ligados a nenhuma instituição religiosa.

⁴ Entende-se cristãs aquelas religiões que tem por fundamento os ensinamentos de Jesus Cristo presente nos quatro evangelistas canônicos.

Considerações finais

Ao concluir o artigo, lembro, como Freire (1983): “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Não faz sentido continuarmos com um processo constante de exclusão. É preciso perceber a importância da diferença, como é necessário o respeito as identidades. Cada minoria tem a sua especificidade que, deveria ser por todos nós, respeitada. Olhemos para a minoria negra, a partir de agora, não mais como os empregados “engraçadinhos” das novelas, como os bandidos perigosos, nem como políticos corruptos, mas como os que mais ajudaram na construção do nosso país, em todos os sentidos.

Façamos da educação um meio no qual as pluralidades sejam respeitadas, Não podemos permitir que nossas escolas sejam manipuladas e manipuladoras. Ainda que não exista conhecimento ingênuo, a escola precisa permanecer com a sua política de formação de cidadãos conscientes e livres. E, no âmbito do Ensino Religioso, precisa desmistificar as representações negativas que se criaram a cerca da religião afro-brasileira.

Fica assim o convite para que, ainda nesse século, façamos com que a educação multicultural seja assimilada pelos modelos educacionais; e que as minorias negras, sintam-se em casa, sintam-se no direito de viver profundamente a sua cultura, sintam-se, sobretudo, no direito de serem felizes.

Botas (1996, p. 48) citando um trecho da poesia Movimento da Espada, de Carlos Drummond de Andrade, nos diz:

Já podes sorrir, tua boca
moldar-se em beijo de amor.
Beijo-te, irmão, minha dívida
está paga.
Fizemos as contas, estamos alegres.
Tua lâmina corta, mas é doce,
a carne sente, mas limpa-se.
O sol eterno brilha de novo
e seca a ferida.

Esperamos ver chegar o dia em que nossa dívida estará paga. Esperamos chegar o dia em o sol brilhará secando as feridas. O dia em que as minorias negras dirão: Obrigado pelo Sol que me destes, na aparência roubando-o.

Mas para isso, é necessário que a justiça social se implante em nosso país. E a educação precisa dar o passo inicial, pois só se implanta justiça em uma sociedade, se a Educação estiver junto, presente, pois se não tiver, não passará de uma utopia.

Referências

- BOTAS, Paulo. **Carne do Sagrado, Edun Ara.** Rio de Janeiro/Petrópolis: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço/ Vozes, 1996.
- CANDAU, Vera Maria (org.). **Sociedade, Educação e Cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Relações raciais e educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VALLE, Lílian do. **O mesmo e o outro da cidadania.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.